

Ata da 5ª Reunião do
Grupo de Acompanhamento da
Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai

Local: Cuiabá, Parque Estadual Massairó Okamura

Data: 02 e 03 de dezembro de 2015

Participantes: lista de presença (Anexo1)

Abertura

Nedio Carlos Pinheiro, coordenador do grupo de acompanhamento – GAP, abriu os trabalhos saudando a presença de todos. Em seguida, propôs inverter a pauta iniciando pela apresentação do “Diagnóstico - Resultados Preliminares”. Débora F. Calheiros, representante do FONASC, solicitou a inclusão na pauta da proposta de ampliação da participação do segmento da sociedade civil no GAP, de modo a incluir os pescadores, atingidos por barragens, agricultura familiar e comitês de bacia. Nedio Carlos Pinheiro informou que haveria o momento apropriado para apresentação desse posicionamento.

Apresentação do Diagnóstico - Resultados Preliminares

Rosana Mendes Evangelista, da Agência Nacional de Águas – ANA, relatou o estágio dos trabalhos e os novos resultados obtidos (Anexo 2). Informou a realização na próxima semana do sobrevoo e que as reuniões públicas serão realizadas com base no diagnóstico consolidado. Registrou o recebimento de contribuições dos membros do GAP sobre os dois documentos disponibilizados após a última reunião e que as mesmas serão consolidadas e apresentadas na reunião de março. Depois comentou as notas técnicas que estão em fase de elaboração e que deverão contribuir para a construção do diagnóstico consolidado. Em seguida, mostrou as informações produzidas sobre demandas de água para abastecimento humano, dessedentação animal, indústria e irrigação, e o balanço hídrico, relação entre demanda e disponibilidade. Informou que essas informações são desagregadas em nível de 32 mil microbacias na escala 1:250.000. Ressaltou as diferenças da demanda de água no período úmido e seco. Apresentou, em seguida, o refinamento do mapeamento geológico elaborado pelo Serviço Geológico do Brasil – CPRM, bem como o mapa preliminar de sistemas aquíferos. No que diz respeito à qualidade de água, foi apresentada uma proposta de sumário para o documento que vai tratar sobre o assunto, assim como informações sobre a rede de monitoramento e forma de análise dos parâmetros de qualidade de água. Reinaldo Lourival, do Neotrópica, indagou sobre a avaliação da presença de agrotóxicos e Rosana M. Evangelista informou que os estudos disponíveis seriam utilizados. Débora F. Calheiros comentou que disponibilizou cerca de 100 estudos, que já se encontram na internet na página do GAP. Monica de Queiroz Sousa, representante da SANESUL, informou o repasse de informações atualizadas sobre saneamento. Rosana M. Evangelista comentou que havia algumas dúvidas sobre os dados repassados e que a contataria para esclarecimentos. Reinaldo Lourival demonstrou preocupação com a base amostral associada à rede de monitoramento de qualidade de água existente, que está fortemente centrada no ambiente lótico, e que pode subestimar o serviço de filtragem promovido pelo meio ambiente, um importante serviço ambiental. Rosana M. Evangelista disse que o plano de recursos hídricos deve avaliar a necessidade de ampliar a rede de monitoramento, a fim de estabelecer uma informação mais completa. No tema saneamento, Rosana M. Evangelista continuou mostrando dados sobre abastecimento de água urbano de água baseados no Atlas de Abastecimento Urbano de 2010, elaborado pela ANA. Foi solicitado por Eduardo Oliveira da SINDENERGIA o acréscimo ao

47 diagnóstico de informações sobre topografia e lixo. Wagner M. da Cunha Vilella, da ANA,
48 destacou a importância de recebimento de contribuições ao trabalho no sentido de buscar a
49 melhor informação sobre os assuntos tratados e destacou o foco nas questões sobre quantidade e
50 qualidade de água, afastando-se das questões ambientais que são tratadas em outros fóruns
51 como o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. Luciana Ferraz, do FONASC,
52 perguntou se a questão socioeconômica e de pescadores será mais profundamente tratada no
53 trabalho. Rosana M. Evangelista reforçou que serão utilizadas as informações existentes e
54 Wagner Villela ressaltou que o plano de recursos hídricos trabalha com dados secundários, já
55 existentes, mas que tem o papel de identificar lacunas importantes de conhecimento a serem
56 preenchidas. Nilo Peçanha Coelho Filho, representante do Consórcio Intermunicipal para o
57 Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Taquari, comentou a importância dos
58 temas precipitação e vazão, abordados na apresentação anterior, e que as suas variações no
59 futuro devem ser incorporadas nos cenários. Corroborando, Rosana M. Evangelista registrou a
60 preocupação com a grande seca de 2007. João Inácio, do Fórum Mato-Grossense de Meio
61 Ambiente e Desenvolvimento – FORMAD, relatou evento em que foram identificadas as lacunas
62 de informações, inclusive da agricultura familiar e pesca artesanal. Questionou que, considerando
63 a metodologia adotada, esses temas não serão adequadamente abordados no trabalho. Rosana M.
64 Evangelista indicou que os mesmos poderão ser apontados pelo plano de recursos hídricos como
65 lacunas importantes a serem preenchidas. Débora F. Calheiros indagou se os estudos científicos
66 coordenados pela Embrapa Pantanal serão incorporados ao plano de recursos hídricos, ao qual
67 Rosana M. Evangelista respondeu que eles possivelmente não serão concluídos a tempo, mas
68 poderão ser incorporados nas revisões do plano. Em seguida, Débora F. Calheiros voltou a
69 questionar Rosana a respeito da inclusão das mudanças climáticas no prognóstico, tendo
70 recebido a resposta de que o assunto seria tratado. Belmiro Lopes, representantes de
71 pescadores do Mato Grosso, perguntou por que não existem informações sobre a pesca, uma
72 atividade tão antiga e importante. Em seguida a ANA esclareceu que esse assunto foi tratado no
73 documento apresentado na reunião anterior. Wagner Villela destacou que a ANA se preocupa
74 com os usuários da pesca e a cadeia associada ao turismo e relatou que a agência está
75 contratando outras instituições de renome na região para levantar essas informações. Débora F.
76 Calheiros destacou a importância de incluir no GAP os mais afetados pelos impactos na água, as
77 comunidades tradicionais, e que o turismo de pesca e a pesca profissional movimentam cerca de
78 R\$ 1 bilhão, e são representadas pelos pescadores, agricultores familiares e atingidos por
79 barragens, bem como a inclusão dos comitês de bacia. Leonice Lotufo, representante do
80 SINGTUR-MT, destacou que quem representa o turismo não representa a pesca e que no início
81 do processo de constituição do GAP na reunião de Campo Grande e que os comitês de bacias de
82 MT se encontram representados ela fez esse questionamento. Relatou a informação de que a
83 decisão da representação no GAP foi tomada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos e que
84 se considera representante do setor de turismo.

85 Teresa Neide, da SEPLAN, se manifestou preocupada com a falta políticas públicas e de
86 representação do segmento de pesca no GAP, ressaltando a relevância do trabalho no sentido de
87 incorporar as questões relacionadas ao turismo e à pesca. Daniele Coelho Marques,
88 representante da FAMASUL, sugeriu a inserção de um marco temporal como parâmetro para a
89 abordagem dos temas. Rosana M. Evangelista relatou que as informações utilizadas são sempre
90 referenciadas quanto a quem produziu e quando. Isidoro Salomão, da Sociedade Fé e Vida e
91 coordenador do Comitê Popular do Rio Paraguai, ressaltou a sensibilidade que deve haver em
92 relação aos segmentos com menor número de informações. Igor de Souza Ribeiro, do

93 MME, demonstrou preocupação com as críticas de pessoas que não tem acompanhado os
94 trabalhos e também não contribuem formalmente ao plano. Ressaltou que os representantes do
95 GAP tem o papel de contribuir e indagou sobre quem efetivamente fez isso, destacando que o
96 MME fez sua análise dos documentos disponibilizados. Rosana M. Evangelista registrou que
97 recebeu contribuições de três membros do GAP. Waldinéia P. da Silva Santos, pescadora, relatou
98 que, como pescadora, tem como contribuir para o trabalho e que a Universidade Federal de
99 Mato Grosso – UFMT deu espaço para que a sua comunidade fosse ouvida. Relatou a
100 preocupação com a qualidade da água e o futuro da pesca, destacando que o segmento precisa
101 ser bem representado. Leonardo Sampaio Costa, representante do IMASUL, destacou que o
102 plano de recursos hídricos tem dado importância ao tema da pesca, tanto é que será contratada a
103 Embrapa para aprofundar as questões sobre o assunto. Destacou que as reuniões são abertas ao
104 público e que deve estar havendo um equívoco de comunicação sobre como as informações estão
105 sendo transmitidas aos pescadores. Débora F. Calheiros comentou que a questão não é a reunião
106 ser aberta, mas sensibilizar o GAP para a necessidade de vaga para o setor de pesca, que não é
107 representado nos conselhos nacional e estadual de recursos hídricos. Um participante que não se
108 identificou reforçou a preocupação com as águas e que a representação no grupo deve ser
109 ampliada para que as contribuições possam ser realizadas de forma mais adequada. Idézia de
110 Candio, ribeirinha do assentamento Colônia Rio Paraguai, concordou com o equívoco de
111 comunicação e comentou que o interesse é direto pela representação no grupo e que os estudos
112 deveriam ser apresentados pelas instituições. Os empreendedores das pequenas centrais
113 hidrelétricas – PCHs realizam esse tipo de estudo. Douglas, aluno de pós-graduação da UFMT,
114 comentou que a FUNASA fez diagnóstico sobre a situação de saneamento no Mato Grosso.
115 Suzan Lannes, representante da ABES, esclareceu que foi iniciado trabalho de dois anos para
116 levantar informações sobre os planos municipais de saneamento. Belmiro Lopes de Miranda
117 comentou a preocupação com o nível do rio Cuiabá em função da operação da usina hidrelétrica
118 de Manso. Eduardo Oliveira da SINDENERGIA esclareceu que o nível do reservatório está
119 realmente baixo.

120 **Agenda 2016 e Informe**

121 Nedio Carlos Pinheiro solicitou contribuições para as datas das reuniões em 2016 e a sua
122 duração. Wagner Vilella sugeriu a eventual realização de reuniões extraordinárias em função de
123 perspectiva de intensificação dos trabalhos do GAP. Esclareceu ainda que estão previstas
124 reuniões públicas para ampliar o processo de participação nas discussões do plano de recursos
125 hídricos. Reinaldo Lourival, do Neotrópica, reforçou a importância de divulgação do calendário
126 de reuniões. Foram consensuadas quatro reuniões ordinárias no próximo ano com um dia de
127 duração: 08 de março em Campo Grande; 07 de junho em Cuiabá; 13 de setembro em Campo
128 Grande; e 06 de dezembro em Cuiabá. Leonice Lotufo e Maria Aparecida Vargas informam que
129 essa data de calendário choca com outras agendas do colegiado Coordenado do FNCBH.

130 David Guimarães Rocha, representante do MMA, informou que o País possui, desde 2006, um
131 Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH e que está sendo iniciado um período de consulta
132 pública com questionários para contribuir para sua revisão. Os questionários estão disponíveis
133 para os presentes e poderão ser entregues respondidos amanhã. Relatou ainda que haverá, no dia
134 09 de dezembro, o lançamento, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, de um portal
135 sobre a revisão do PNRH.

136 **Ata da 4ª Reunião**

137 Nedio Carlos Pinheiro apresentou as contribuições recebidas à ata pelo MME e FONASC.
138 Manifestou indignação ao texto de contribuição apresentado por Débora F. Calheiros, FONASC,

139 com a inclusão de termos como “mentiroso”. Débora F. Calheiros rebateu afirmando que suas
140 contribuições representam os fatos ocorridos. Alessandra Panizzi ressaltou que não concordava
141 com o texto atribuído à sua pessoa pela representante do FONASC. Em seguida, diversas
142 pessoas se manifestaram sobre a melhor forma de encaminhar a aprovação da ata. Aparecida,
143 ENERGISA, manifestou que qualquer um tem direito de alterar a informação relativa à sua pessoa,
144 sugerindo o encaminhamento de que cada um deve manifestar se concorda ou não com o texto
145 que lhe é atribuído e nunca interferir na fala dos demais. José Luiz G. Zoby, da ANA, registrou o
146 trabalho que realiza em conjunto com o relator, Felipe Dias, e que considera que a análise da ata
147 deve tomar como base o texto da relatoria. Leonardo Sampaio ressaltou que a ata tem que
148 colocar a importância das informações e, cada vez que alguém quiser que sua fala seja inserida,
149 que ela seja transcrita integralmente. Reinaldo Lourival ressaltou a importância da civilidade dos
150 termos usados na ata. Wagner M. Vilella considerou que o bom trato e a civilidade são
151 características de cada um e que a ata deve registrar de forma fidedigna os termos usados pelas
152 pessoas. Débora F. Calheiros questionou quem faltava com a civilidade e quem faltou com a
153 verdade ou quem questiona este ato e reafirmou que as reuniões devem ser gravadas pela ANA.
154 Nilo Peçanha Coelho Filho manifestou que, por questões geológicas, a proliferação de
155 barramentos é preocupante para Coxim, principalmente em relação ao Taquari, situação
156 semelhante ao que ocorreu em Mariana em Minas Gerais, solicitou ainda a inclusão do histórico
157 de ocorrência de abalos sísmicos na bacia. Citou diversos autores que tratam o tema. Vania M.
158 Ferreira considerou que a tecnologia utilizada nas hidroelétricas é superior a de barragens de
159 rejeitos e informou que o MME encaminhou formalmente contribuição a ANA para inclusão do
160 item 4.5 – Sismologia no diagnóstico preliminar do PRH atualmente em construção. Wagner M.
161 Vilella comentou a existência de três barragens com alto risco, sendo uma em Cáceres e duas em
162 Corumbá. Débora F. Calheiros falou da fonte de informação, registrada em ata de reunião da
163 EPE realizada há alguns anos, de que 70% do potencial hidrelétrico da região é explorado.
164 Leonice Lotufo solicitou que fosse registrado em ata a pergunta para Débora F. Calheiros de
165 quem paga o seu salário e Débora não respondeu por diz respeito a ela.
166 Nedio Carlos Pinheiro então retomou a revisão da ata com os membros do GAP, realizando os
167 ajustes em comum acordo, conforme os presentes se manifestavam. Leonardo Sampaio Costa
168 manifestou então que não aprovaria a ata com esse formato de revisão. Débora questionou o não
169 envio das considerações do grupo, previamente, sendo uma falha da coordenação. Após
170 discussões, Nedio Carlos Pinheiro concordou com a proposta de que a ata seja redistribuída aos
171 membros para ser avaliada na próxima reunião.

172 **Demandas da representante do FONASC**

173 Nedio Carlos Pinheiro passou a abordar os pontos demandados por email pelo FONASC. Em
174 relação à solicitação de ampliação do prazo de envio de contribuições de 30 para 45 dias para os
175 documentos disponibilizados após a última reunião. Nilo Peçanha Coelho Filho solicitou o
176 levantamento de informações sobre sismos na bacia da CPRM. No que diz respeito, ao registro
177 da participação e presença dos membros do GAP, Nedio Carlos Pinheiro considera que foi
178 atendida com a disponibilização de pasta na internet. A solicitação de criação de grupo de e-
179 mails considera-se atendida, segundo Nedio Carlos Pinheiros, pela disponibilização dos dados do
180 grupo na internet. Sobre a solicitação de gravação de vídeo, Nedio Carlos Pinheiro manifestou
181 que a ANA não teria como fornecer esse serviço por restrições financeiras. João Clímaco, do
182 FONASC, ponderou que é legal a filmagem por ser uma reunião pública. Wagner M. Vilella
183 manifestou que filmar é permitido, mas que para o uso do direito de imagem é necessária

184 autorização. A má utilização do vídeo sujeita o responsável às penalidades cabíveis na justiça.
185 Sobre a demanda de apresentações do FONASC, Nedio Carlos Pinheiro informou que seriam
186 atendidas conforme a disponibilidade e a agenda de trabalho. Wagner M. Vilella sugeriu que as
187 apresentações da próxima reunião sejam definidas pelo GAP na reunião anterior. Comentou ainda
188 que as reuniões do GAP deveriam ser focadas em discutir o conteúdo do plano de recursos
189 hídricos.

190 Salomão, do Comitê Popular do rio Paraguai, solicitou a inserção de três vagas: agricultura
191 familiar, pesca e atingidos por barragens. Ressaltou a deficiência das informações sobre esses
192 segmentos. João Clímaco manifestou que o CNRH não discutiu as indicações ao GAP. Alessandra
193 Panizzi manifestou que considera o CNRH o fórum mais adequado para alterar a composição.
194 Solange Ikeda, da UNEMAT, manifestou preocupação com a representação do segmento da
195 sociedade civil por funcionários públicos. Wagner M. Vilella reforçou a importância da
196 representação do CNRH, fórum mais adequado para alterar a composição do grupo, e sua
197 representatividade. Débora F. Calheiros afirmou que reconhece que o poder de decisão não é do
198 GAP, mas que trouxe a demanda da sociedade civil que é importante. Igor Souza Ribeiro
199 manifestou que cabe melhorar a participação das representações da sociedade civil que já estão
200 no GAP e que não esta participando ativamente das reuniões. João Clímaco considerou que o
201 GAP poderia se manifestar em relação à necessidade de adequação da composição do grupo de
202 acordo com a legislação e que é necessário melhorar a representação política no processo com a
203 inclusão dos grupos representativos da bacia. Vania M. Ferreira considerou que o segmento da
204 sociedade civil é que deve reivindicar junto ao CNRH a ampliação da sua composição. João
205 Clímaco registrou que a distribuição do segmento sociedade civil no CNRH não é adequada e
206 precisa ser revista. Os pescadores Waldineia P. da Silva Santos e Natalino da Silva, pescadores,
207 manifestaram-se favoravelmente à ampliação do grupo. A partir de diversas sugestões e
208 discussões, Nedio Carlos Pinheiro encaminhou duas opções de votação: 5 votos recomendando a
209 ampliação do GAP (UFMT, ABES, FONASC, COINTA e Povos Indígenas da BAP) e 10votos
210 aprovando o envio do pleito ao CNRH sem a recomendação do GAP (FAMATO, SANESUL,
211 ABRAGE, FAMASUL, MME, SEPLAN, FIEMT, IMASUL, ANA e MMA).

212 Após a votação, a reunião foi suspensa em função da manifestação veemente do público presente
213 de ribeirinhos e pescadores contrários à deliberação do GAP. E retornando novamente após essa
214 pequena paralisação.

215 **Apresentações do “Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) da**
216 **Hidrovia do Rio Paraguai” e “Processos do Meio Físico em Áreas Frágeis de Planaltos de Mato**
217 **Grosso”**

218 Gustavo Pacheco Tomas, da Universidade Federal do Paraná - UFPR, iniciou sua apresentação
219 (Anexo 3) destacando os objetivos do estudo, que deverá fornecer elementos de decisão para a
220 tomada de decisão de investimentos pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de
221 Transportes – DNIT, que é o contratante da UFPR. Em seguida, apresentou vídeo institucional
222 sobre os objetivos, resultados esperados e a relevância do estudo. Depois retomou a
223 apresentação destacando que o estudo foi dividido em três partes – recursos hídricos, econômica
224 e ambiental - e que sua apresentação será focada na sua área de atuação, os recursos hídricos.
225 Destacou a necessidade de intervenções em 22 trechos de rio que se soma à adequação das
226 embarcações homologadas pela Marinha para as condições do rio.

227 O professor Fernando Ximenes de Tavares Salomão, da Universidade Federal de Mato Grosso,
228 iniciou sua apresentação (Anexo 4) destacando a importância dos processos erosivos no planalto
229 sobre o assoreamento dos rios e do Pantanal e seus impactos sobre a hidrovia. Ressaltou que a

230 erosão é o principal problema ambiental do Estado de Mato Grosso. Destacou as áreas frágeis de
231 borda de planalto e os impactos da atividade humana como construção de rodovias e
232 agropecuária sobre a erosão. Ao final, apresentou sugestões para o diagnóstico e controle das
233 áreas frágeis, dos processos erosivos envolvendo ações preventivas e corretivas, e contenção de
234 boçorocas.

235 Nedio Carlos Pinheiro abriu espaço para perguntas aos palestrantes.

236 Salomão manifestou satisfação em relação aos estudos sobre erosão e repassou publicação com
237 posicionamento sobre a hidrovia e registrou suas críticas e preocupações sobre esse assunto.
238 Miguel Ângelo, biólogo da UNEMAT, manifestou divergência sobre os números apresentados
239 sobre biodiversidade. Gustavo esclareceu que consulta uma referência sobre biodiversidade.
240 Débora F. Calheiros indagou se o EIA/RIMA da década de 90, estudo patrocinado pelo BID no
241 tramo Cáceres–Corumbá, foi consultado e o porquê da retomada do tema. Manifestou a
242 disposição de disponibilizar à UFPR esse estudo. Registrou que os governos federal e ministério
243 público negaram a implantação da hidrovia nesse tramo devido a sua fragilidade e fragilidade do
244 bioma apresentando restrições ao estudo. Gustavo solicitou a disponibilização do estudo citado.
245 Sobre o motivo da retomada do estudo o senhor Schutz registrou que o então governador julgou
246 que o mesmo deveria ser realizado ao nível federal. De Paula, do COINTA, questionou sobre a
247 presença de rochas. Gustavo respondeu que 90% dos pontos é de areia e não há previsão de
248 derrocamento. Solange Ikeda mostrou preocupação com os efeitos sinérgicos dos processos
249 erosivos, das barragens que alteram o fluxo e a dragagem para viabilização da hidrovia que
250 impactam o Pantanal. Registrou o impacto das chatas no desbarrancamento das margens do rio
251 Paraguai. Indagou sobre a visão pessoal sobre o rio. Gustavo manifestou a beleza do local e que
252 foram verificadas as condições de navegabilidade de forma técnica e que os aspectos positivos e
253 negativos na hidrovia deverão ser tratados. O professor Fernando Ximenes destacou a
254 importância de incorporar na questão da hidrovia uma metodologia integrando também a
255 dimensão ambiental. Teresa Neide, da SEPLAN, perguntou o professor Fernando Ximenes sobre
256 a vulnerabilidade do Pantanal aos processos antrópicos, em função da sua larga experiência. A
257 resposta foi de que o conhecimento dos processos em escala regional é ainda uma lacuna que
258 dificulta a tomada de decisão, por exemplo, na viabilização da hidrovia. Ressaltou a necessidade
259 de apoio governamental na elaboração do estudo e posterior execução. João Andrade, do
260 Instituto Centro de Vida – ICV, considerou que o debate sobre o assunto da hidrovia é
261 importante e é necessário conhecer o restante do estudo, realizando-se uma reunião para tratar
262 sobre o assunto. Nedio Carlos Pinheiro manifestou que poderia ser realizado um evento
263 específico sobre o assunto. Reinaldo Lourival registrou que o interesse pela hidrovia do Paraguai
264 na década de 90 era motivada por interesses de barcas americanas ociosas e o Mercosul e que
265 esses processos são reiniciados nesse momento certamente por outros interesses. Luciana,
266 FONASC, perguntou sobre a avaliação do impacto para as comunidades ribeirinhas no estudo da
267 hidrovia. Gustavo Pacheco Tomas mencionou que a parte socioambiental foi realizada por outras
268 equipes que podem informar melhor sobre o assunto em um próximo encontro. Belmiro
269 manifestou a descrença em estudos e manifestou preocupações com a prática.

270 Os pescadores, agricultores familiares e atingidos por barragem solicitam, através de abaixo
271 assinado anexado a essa ata (Anexo 5), a abertura de vagas para representantes desses
272 segmentos no GAP.

273 Débora F. Calheiros solicita que conste em ata que o FONASC não concorda que os estudos
274 socioeconômicos da atividade da pesca e turismo de pesca sejam contemplados apenas na fase do
275 pós-plano.

276 **Encaminhamentos**

277 Encaminhar a solicitação deliberada no GAP ao CNRH.